

Brasil negocia com os ricos sem o FMI

JORNAL DE BRASÍLIA

DÍVIDA EXTERNA

19 JAN 1987

José Coury Neto

Já está em Paris a missão do governo brasileiro, composta pelo coordenador de assuntos internacionais do Ministério da Fazenda, embaixador Álvaro de Alencar e pelo diretor da dívida externa do Banco Central, Antônio Pádua Seixas, que negociará com o Clube de Paris o pagamento dos compromissos vencidos em 1985 e 1986 e a inclusão dos montantes que vencerão em 1987 no pacote.

O total a ser pago este ano pelo Brasil ao Clube de Paris gira em torno de US\$ 3,4 bilhões. Entretanto, segundo informou o ministro da Fazenda, Dílson Funaro, o governo brasileiro irá negociar o pagamento em 1987 de um montante pouco superior a US\$ 1 bilhão.

Quando os credores do Brasil concordaram, no final do ano passado, em reescalonar a dívida do Clube de Paris, sem monitoramento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), deixaram claro que nem os juros atrasados, nem os vencimentos futuros seriam incluídos. Por outro lado, o Brasil perdeu nos últimos meses grande parte de suas reservas de divisas estrangeiras e, com isso, fica obrigado a injetar novos recursos externos na economia e tentar um adiamento de pagamentos que deveriam vencer em 1987.

Os credores oficiais do Brasil vêm acompanhando de maneira apreensiva e evolução da situação econômica do país, e, ao que tudo indica deverão endurecer as discussões com a missão brasileira. Eles acreditam que o Brasil não terá condições de voltar ao mercado financeiro internacional, sem antes demonstrar que tem condições de pagar o que já deve, no caso do Clube de Paris, os atrasados referentes a 1985 e 86, que estão depositados no Banco Central.

Em dezembro, alguns países credores como a Holanda e a Inglaterra, tidos como "duros", demonstraram uma certa resistência em aceitar a renegociação sem o monitoramento do FMI. Mas as reservas dos negociadores aumentaram com a deterioração rápida da situação econômica brasileira, a partir dos maus resultados da balança comercial e a volta da inflação.

Após a conclusão do acordo com o Clube de Paris, a missão brasileira retornará ao Brasil, para em seguida discutir, nos Estados Unidos, a negociação com os bancos credores. Nesta ocasião o principal ponto da negociação será dilatação do prazo dos vencimentos da dívida. Cerca de 90% do total da dívida externa brasileira vencem no período de 1987 a 1999. Durante as negociações, o Brasil vai tentar ampliar este prazo como forma de melhorar o perfil dos pagamentos, pois assim torna-se mais fácil para a economia enfrentar os problemas da área cambial, além de possibilitar o aumento do nível de investimentos no país.

A estratégia adotada com o Clube de Paris demorou dois anos dar resultados mais otimistas. Em janeiro de 1985, ainda no governo Figueiredo, o Brasil suspendeu unilateralmente o pagamento do principal e dos juros da dívida com o Clube. Naquela ocasião, os ministros da área econômica esperavam conseguir dinheiro novo junto aos banqueiros privados, através da assinatura de uma nova carta de intenções para o FMI, o que não aconteceu.

A carta não foi negociada e o governo que assumiu deixou de se submeter ao FMI, mas, em vão, tentou negociar a dívida com o Clube de Paris. Os credores brasileiros suspenderam os créditos comerciais e deixaram claro que só voltariam a conversar sobre esse assunto quando o Brasil apresentasse um documento ao Fundo, afirmando que a sua economia estava indo bem. Em junho de 1986, o Brasil voltou ao Clube de Paris para dizer que renegociaria unilateralmente, ou seja, pagaria o que pudesse dos atrasados.

Dentro dos termos negociados pelo Brasil, só seriam pagos 75% dos atrasados, o que equivale a aproximadamente US\$ 1,6 bilhão. Cada um dos governos credores reclamou, mas já vinham sofrendo pressões dos industriais e resolveram que seria preferível negociar, o que está acontecendo o momento.

O sucesso dessa negociação servirá de balizamento para as negociações com credores privados, que deverão ser concluídas até o final deste mês. Uma boa negociação possibilitará a volta do país ao mercado financeiro internacional.